MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO FERROVIÁRIO
BATALHÃO MAUÁ

PROCEDIMENTO DE REAJUSTE FINANCEIRO DO CONTRATO Nº 186/2024

RESPONSÁVEL:	FELIPE AMÃNCIO DE BRITO – 3ºsgt

PERÍODO:	**10/01/2025**	**10/01/2035**

CONCLUSÃO:	Em: **16/01/2026** gov.br Documento assinado digitalmente FELIPE AMANCIO DE BRITO Data: 29/01/2026 11:03:45-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br **FELIPE AMÂNCIO DE BRITO – 3ºSgt**

DESPACHO:	Em: gov.br Documento assinado digitalmente ENIO SEBASTIAO DA SILVA Data: 29/01/2026 11:20:20-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Gestor de Contrato	Em: MINISTÉRIO DA DEFESA AUTORIDADE CERTIFICADORA AC DEFESA Assinado de forma digital por FRANCISCO HOSKEN DA CAS:08159528728 Dados: 2026.02.13 11:22:01 -03'00' Ordenador de Despesas

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO FERROVIÁRIO
BATALHÃO MAUÁ

TERMO DE ABERTURA

Ao décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de 2026, no quartel do 2º Batalhão Ferroviário, faço a abertura dos trabalhos atinentes ao termo de reajuste do contrato nº 186/2024, do que, para constar, lavrei o presente Termo.

Araguari/MG, 20 de janeiro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE AMANCIO DE BRITO
Data: 29/01/2026 11:00:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FELIPE AMÂNCIO DE BRITO – 3º sgt
Fiscal do contrato nº 186/2024

FL nº 1

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO PLANALTO
2° BATALHÃO FERROVIÁRIO

(Processo Administrativo n° 65308.014354/2024-16)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 2º BATALHÃO FERROVIÁRIO E A EMPRESA CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.

A União por intermédio do 2º Batalhão Ferroviário, com sede na Rua Professora Lourdes Naves, nº 750, Bairro Santo Antônio, Araguari-MG, CEP 38444-900, inscrito no CNPJ sob o nº 07.565.863/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) seu Comandante, Sr. Tenente Coronel **ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO**, nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91, de 16 de maio de 2022, seção 2, inscrito no CPF sob o nº 029.747.774-90, portador da Carteira de Identidade nº 013.054.294-7 MD/DF, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.597.589/0014-34, sediada na Av. Jose Andraus Gassani, 4790; Lt 03; Qd 05 - Distrito Industrial - Fones: : (34) 2102-0100 / (11) 97300-1925 / (11) 4197-9300 / 0800-770-4922, CEP 38402-338, cidade de Uberlândia – MG e E-mail: daniela.levenet@consigaz.com.br, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por **DANIELA LEVENET PEREIRA AGUILERA**, portadora da Carteira de Identidade nº 41.302.599-8 e CPF nº 342.679.798-47, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 65308.014354/2024-16** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90050/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é Aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) para a sede do 2º Batalhão Ferroviário (2º B Fv) e seu destacamento em Caldas Novas - GO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
3	Gás a Granel (sede – Araguari/MG) - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP a granel, que deverá ser armazenado em 04 (quatro) estacionários P190, da própria Contratada, instalados e em condições de funcionamento, cedido e regime de comodato.	Kg	54.000	5,13	277.020,00
VALOR TOTAL ==========					**277.020,00**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Fl. nº 2

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da data de assinatura do presente contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R$ 277.020,00 (duzentos e setenta e sete mil e vinte reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/10/2024.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5 % (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 1 % a 10 % do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10 % a 30 % do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 2 % do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,8 % a 2,5 % do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1 % a 3 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021); e

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 160106;

Fonte de Recursos: 01000000000, 1081A002DI;

Programa de Trabalho: 053310032212B0001, 05244611220XH0001;

Elemento de Despesa: 339030, 44.90.30;

Plano Interno: E6SUPLJA1QR, B3BCVOBCGVGO;

Nota de Empenho: 2024NE1429.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021); e

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Uberlândia-MG, Seção Judiciária de Uberlândia-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Araguari-MG, 10 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
DANIEL AUGUSTO DEL GALLO
Data: 15/01/2025 12:00:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DANIEL AUGUSTO DEL GALLO – Maj
respondendo pelo Comando do 2º B Fv

DANIELA LEVENET PEREIRA AGUILERA:34267979847
Assinado de forma digital por DANIELA LEVENET PEREIRA AGUILERA:34267979847
Dados: 2025.01.10 09:09:04 -03'00'

DANIELA LEVENET PEREIRA AGUILERA
CPF nº 342.679.798-47

Fl. nº 10

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente
gov.br
JULIANA VIEIRA DE OLIVEIRA
Data: 15/01/2025 11:41:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JULIANA VIEIRA DE OLIVEIRA – 2º Ten
Ch do Sv de Aprov. do 2º B Fv

Documento assinado digitalmente
gov.br
MIGUEL VINICIUS DUBRINI DOS SANTOS
Data: 14/01/2025 07:24:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MIGUEL VINICIUS DUBRINI DOS SANTOS – 2º Ten
Ch da SALC do 2° B Fv

Fl. nº 11

Termo de Referência 169/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
169/2024	160106-2 BATALHAO FERROVIáRIO	ROGERIO HENRIQUE FELIX DA SILVA	03/11/2024 16:46 (v 3.1)

Status
PUBLICADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		65308.014354/2024-16

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) para a sede do 2º Batalhão Ferroviário (2º B Fv) e destacamento de obra conveniada com execução fora da sede (Caldas Novas-GO), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	OBJETO	CATMAT	UND	QTD (anual)	QTD (5 anos)	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL (Anual)	PREÇO TOTAL (contrato continuado de até 5 anos)
1	Gás P45 (sede – Araguari/MG)	461651	Und	60	-	R$ 481,77	R$ 28.906,20	-
2	Gás P13 (sede – Araguari/MG)	461651	Und	30	-	R$ 132,87	R$ 3.986,10	-
3	**Gás a Granel** (sede – Araguari/MG) - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP a granel, que deverá ser armazenado em **04 (quatro) estacionários P190**, da própria Contratada, instalados e em	461651	Kg	10.800	54.000	R$ 7,03	R$ 75.924,00	R$ 379.620,00

Fl. nº 12

	condições de funcionamento, **cedido e regime de comodato**.							
4	Gás P45 (Caldas Novas/GO)	461651	Und	90	-	R$ 484,04	R$ 43.563,60	-
5	Gás P13 (Caldas Novas/GO)	461651	Und	40	-	R$ 133,45	R$ 5.338,00	-
6	**Gás a Granel** (Caldas Novas/GO) - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP a granel, que deverá ser armazenado em **02 (dois) estacionários P190**, da própria Contratada, instalados e em condições de funcionamento, **cedido e regime de comodato**.	461651	Kg	5.400	-	R$ 7,03	R$ 37.962,00	-
VALOR TOTAL ESTIMADO ==========							**R$ 119.755,90**	**R$ 379.620,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. **Para** item 3 (Gás a Granel para sede – Araguari/MG) **o prazo de vigência da contratação será de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Para os demais itens (1, 2, 4, 5 e 6) a vigência será de 12 (doze) meses contados da assinatura do respectivo termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.4.1. O fornecimento para o item 3 (Gás a Granel para sede – Araguari/MG) é enquadrado como continuado tendo em vista que é essencial para a vida vegetativa desta OM, uma vez que sem a sua constante contratação poderá ocasionar solução de continuidade no fornecimento de GPL a granel, sendo que a interrupção de tal fornecimento tem potencial de trazer prejuízos ora incalculáveis ao cumprimento das missões institucionais desta Batalhão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando todo no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Para os itens especificados na planilha acima, com amparo no Art 49, II e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, justifica-se não foi reservada cota e/ou realizada licitação destinada exclusivamente para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, visto que há risco de não haver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados na região e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, o que pode não trazer vantajosidade para a administração pública e/ou pode representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

Fl. nº 13

1.7. **Em caso de divergência entre as especificações da descrição dos itens na tabela deste Termo de Referência, na Nota de Empenho, no Contrato e/ou na descrição do Catálogo de Material do Governo Federal (CATMAT), prevalecerão as descrições específicas de cada item constantes na tabela deste Termo de Referência.**

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Na montagem do processo foi observado o atendimento do princípio da segregação de funções.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000081/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 1308

IV) Classe/Grupo: 6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS

V) Identificador da Futura Contratação: 160106-1/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens de material reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

4.1.2. Deverão ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MP nºs. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4.1.3. Para o exercício de atividade de comércio de combustíveis e derivados de petróleo – Gás GLP, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013 (alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 09, de 20 de março de 2020 e pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, 13 de abril de 2018).

4.1.4. Somente será admitida a oferta, do produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/81.

4.1.5. A apresentação do Certificado de Regularidade poderá ser dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo.

4.1.6. Caso o licitante seja dispensado dos registros ou autorizações acima solicitados, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

4.2. Os materiais que adquiridos deverão apresentar boa qualidade e padrões condizentes com a legislação vigente, entre elas citamos como exigência para empresas fornecedoras e produtoras, de acordo com as especificações contidas na requisição dos materiais e correlatos, conformidade junto às normas da ABNT NBR 15514:2007 versão corrigida 2008, INMETRO e legislação pertinente, assim como atender minimamente aos descritivos especificados no documento de formação da demanda e Termo de Referência.

4.3. O adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimentos dos bens, como requisito para celebração do contrato.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega é de no máximo 72 (setenta e duas) horas a partir do pedido, o qual somente será realizado após o recebimento do empenho pela empresa, devendo a entrega se dar somente na quantidade solicitada no pedido, bem como atender todas as especificações acordadas em Ata.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas (itens 1, 2 e 3) diretamente no Setor de Aprovisionamento da sede do 2º B Fv (Rua Professora Lourdes Naves, nº 750, Bairro Jóquei Clube, Araguari-MG), bem como (itens 4, 5 e 6) na respectiva área de confecção de alimentos do destacamento de Caldas Novas-GO (Rua 4, quadra 8, s/nr, bairro do Turismo 2ª etapa, Caldas Novas-GO - CEP: 75.696-115).

5.4. O horário de recebimento ordinário será de segunda-feira a sexta-feira, de 07h30min às 16h, sendo que para todos os itens fica condicionado ao fornecedor à necessidade da entrega de produtos com um mínimo de 80% do período da validade total em vigor, no ato da entrega.

5.5. Havendo necessidade de recebimento extraordinário por motivos diversos e justificáveis, o mesmo será objeto de ajustes entre o contratante e contratada.

5.6. Os materiais deverão ser entregues juntamente com a nota fiscal na área de recebimento de gêneros do setor de Aprovisionamento.

5.7. O Recebimento, Liquidação e Pagamento das Notas Fiscais, ocorrerão de acordo com a entrega do material, portanto, a Contratada deverá faturar apenas os materiais efetivamente fornecidos, assim emitindo a respectiva Nota Fiscal.

5.8. O material solicitado deverá em sua entrega observar a regulamentação a comercialização, em áreas urbanas e rurais, e a entrega de recipientes transportáveis de GLP em domicílios de consumidores, conforme a Resolução ANP nº 953 de 05 de outubro de 2023, ou outra que a venha substituir.

5.9. Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pela Comissão de Recebimento de Gêneros Alimentícios QR e QS devidamente nomeada, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

5.10. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes materiais poderão ser rejeitados no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação pelo Contratante, às suas custas daquela, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades.

5.11. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 (quatro) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. Não serão admitidas pelo contratante eventuais cessões de crédito não fiduciárias.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. **Ato de autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP** (Certificado de Autorização de revenda de GLP, com cadastro atualizado e habilitada) ou **Ato de autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP na modalidade a granel ao fornecedor**, emitidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos termos das pertinentes Resoluções ANP nº 957 e 958, ambas de 05 de outubro de 2023.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.29. **Certificado de Autorização de revenda de GLP**, com cadastro atualizado e habilitada para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo, ou **Comprovante de autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP na modalidade a granel ao fornecedor**, emitidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos termos das pertinentes Resoluções ANP nº 957 e 958, ambas de 05 de outubro de 2023.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 119.755,90

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor de cada item, registrada na planilha do tópico anterior, foi obtida em conformidade com a IN SEGES /ME nº 65/2021, sendo que a pesquisa de preços foi materializada em documento que contém o método matemático aplicado para a definição do valor estimado, que é fruto da média aritmética dos preços obtidos - preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados para cada item.

9.2. A ferramenta utilizada para a estimativa de valor foi o Banco de Preços, ferramenta esta que esta OM contrata os serviços, possuindo atualmente 3 (três) assinaturas, sendo esta uma ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública, que se compõe de um sistema inteligente de pesquisa baseado em resultados de licitações adjudicadas e /ou homologadas que torna o processo de cotação no mercado simples e prático. É um dos produtos do Grupo Negócios Públicos que proporcionar atendimento especial às necessidades administrativas dos órgãos e entidades consultivos por meio de consultas ao banco de dados com vários produtos e seus respectivos preços e atas (quando já adjudicado e homologado), é uma ferramenta oportuniza solução de dúvidas e questões que requerem maior qualidade, eficiência ou urgência na elaboração de Editais e formação de preços e valores estimados.

9.3. A pesquisa foi feita na mencionada ferramenta do Banco de Preços pela palavra chave e/ou pelo CATMAT, sendo que se buscou aplicar prioritariamente o filtro da Unidade Federativa (UF) que, por lógico, observou-se o quanto possível as UF de Minas Gerais e Goiás, visto que são onde esta OM atualmente vem desenvolvendo suas atribuições no tocante às obras de infraestrutura que tanto agregam ao desenvolvimento nacional.

9.4. Outro ponto a registrar é no sentido de que na ferramenta do Banco de Preços, a pesquisa realizada é uma pesquisa sistematizada que atende na integra o disposto na IN SEGES/ME nº 65/2021, visto que a Pesquisa Sistematizada é uma cotação ampla e diversificada que, entre outros, agrega informações buscadas no Painel de Preços onde a fonte é o Compras Governamentais do Governo Federal (inciso I, do Art 5º), em aquisições e contratações similares de outros entes públicos (inciso II, do Art 5º) e em pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (inciso III, do Art 5º).

9.5. Tal ferramenta, conforme dado disponibilizados pela própria empresa em seu Manual Banco de Preços Plus 2024, possui "A MAIOR BASE DE PREÇOS PÚBLICOS DO BRASIL com mais de 255 milhões de preços para consulta em mais de 2.262 fontes, possibilitando assim a formação de uma CESTA DE PREÇOS, utilizando fontes diversificadas de pesquisa, para uma maior segurança aos valores a serem adjudicados, conforme Acórdão nº 1875/21-Plenário - Tribunal De Contas Da União". A ferramenta também oportuniza pesquisa direta com fornecedores, contudo, esta opção não foi empregada.

9.6. Assim, inclusive estando em consonância com posicionamento firmado pelo Pleno do TCU em Acórdão que tratou do assunto ainda sob a égide IN SEGES/ME nº 73/2020 (Acórdão 1875/2021 Plenário) o qual reafirmou seu entendimento de que as

> "pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública,

oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2020)"

de forma resumida, pontua-se que na pesquisa implementada via ferramenta do Banco de Preços se buscou forma a cesta de preços com informações do Painel de Preços, de aquisições e contratações similares de outros entes públicos e eventualmente de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, portanto, conforme dispõe o § 1º, do Art 5º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, foram priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do Art 5º do diploma normativo em questão.

9.7. Assim, após a pertinente e necessária pesquisa de mercado para levantamento de preços, tendo sido considerando na orçamentação o fornecimento de GLP para a sede do 2º B Fv e seu respectivo Destacamento instalado no município de Caldas Novas/GO, **o valor estimado total anual da contratação ficou em R$ 119.755,90** (cento e dezenove mil setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos no Relatório de Pesquisa de Preços, **e o valor estimado total para cinco anos para item 3 (Gás a Granel para sede – Araguari/MG) em R$ 379. 620,00** (trezentos e setenta e nove mil seiscentos e vinte reais).

9.8. Por fim, justifica-se a não transcrição neste tópico da planilha com os valores estimados visto que, para otimização de informações e evitar excesso de planilhas neste documento, optou-se por registrar no tópico anterior as informações pertinentes àquele tópico.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160504 e 160502;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 171397 e 232112;

IV) Elemento de Despesa: 339030 e 449030;

V) Plano Interno: E6SUPLJA1QR e B3CVOBCGVGO.

10.3. Poderão haver dotação referente oriundas de outras obras conveniadas, ficando assim postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente a indicação de tais dotações.

10.4. Certifica-se que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROGERIO HENRIQUE FELIX DA SILVA

Adjunto do Serviço de Aprovisionamento do 2º B Fv

Assinou eletronicamente em 03/11/2024 às 16:46:36.

FL. nº 23

Documento assinado digitalmente
JULIANA VIEIRA DE OLIVEIRA
Data: 07/11/2024 08:34:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JULIANA VIEIRA DE OLIVEIRA

Respondendo pela Chefia do Serviço de Aprovisionamento do 2º B Fv

Despacho: Aprovo este Termo de Referência, por satisfazer os requisitos referentes ao objeto pretendido, bem como atender as exigências legais e regulamentares pertinentes.

MINISTÉRIO DA DEFESA
AUTORIDADE CERTIFICADORA
AC DEFESA

Assinado de forma digital por ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO:02974777490
Dados: 2024.11.07 08:57:34 -03'00'

ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO

Autoridade competente

2º B Fv
Fl. 24
EXÉRCITO BRASILEIRO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO FERROVIÁRIO
BATALHÃO MAUÁ

Araguari-MG, 22 de abril 2025
terça-feira

ADITAMENTO Nº 06-SALC AO BI Nº 75

Para conhecimento desta Unidade e devida execução publico o seguinte:

1ª PARTE - SERVIÇOS DIÁRIOS

Sem alteração.

2ª PARTE - INSTRUÇÃO

Sem alteração.

3ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL: Designação

O Comandante do 2º Batalhão Ferroviário, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de regulamentar, no âmbito desta Organização Militar, o preceito contido no Art. 8º do Decreto 11.246 de 27 Out 22, que regulamenta o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, RESOLVE:

a. Designar os seguintes militares para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Contrato abaixo, de acordo com a Portaria n° 37-SEF, de 14 de abril de 2020.

GESTOR DOS CONTRATOS DE OBRAS DE COOPERAÇÃO: Titular: Maj KÉCIO Substituto: Cap TEÓFILO				
Nº ORD	**TC**	**EMPRESA**	**FISCAL TITULAR**	**FISCAL SUBSTITUTO**
01	6/2025	CLASSE UM AMBIENTAL LTDA – SV DE COLETA, TRANSPORTE RESÍDUOS	2° Sgt IGOR RAMOS	1º Ten GUSTAVO
02	7/2025	LEONARDO MARINHO DE MELO JUNIOR - LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO	2° Sgt IGOR RAMOS	1º Ten GUSTAVO

103	1121/2024	COT - CENTRO ONCOLOGICO DO TRIANGULO (UMC) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten RITA	3º Sgt AMORIM
104	1122/2024	MILZA CATARINA BORGES DE ARAÚJO LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten LORÂNE	3º Sgt SUZAMAR
105	1123/2024	ALTO PADRAO - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGICAS LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	1º Sgt FÁBIO AUGUSTO	3º Sgt GAUDÊNCIO
106	1124/2024	BICALHO - ASSESSORIA MÉDICA LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten LEANDRO	3º Sgt MAÍSA LEAL
107	1126/2024	CARDIO DIAGNOSIS LTDA (ARAGUA RI) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten RITA	3º Sgt SUZAMAR
108	1127/2024	IANA DE SOUZA REIS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten LORÂNE	3º Sgt AMORIM
109	1128/2024	SIMONE ROSA CAMPOS GAUDEN CIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten LORÂNE	3º Sgt SUZAMAR
110	1129/2024	SMF - CLÍNICA DE SERVIÇOS MÉDI COS LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	1º Sgt FÁBIO AUGUSTO	3º Sgt GAUDÊNCIO
111	1130/2024	SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELI TA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN - PRESTAÇÃO DE SERVI ÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten GUILHERME	S Ten W. RIBEIRO

c. Ratificar a Designação dos seguintes militares para acompanhar e fiscalizar a execução dos Termos de Contratos abaixo, de acordo com a Portaria n° 37-SEF, de 14 de abril de 2020.

GESTOR DOS CONTRATOS DO CIENG: Titular: Maj R NUNES				
Nº ORD	**TC**	**EMPRESA**	**FISCAL TITULAR**	**FISCAL SUBSTITUTO**
01	54/2022	UDISEC LAVANDERIA EIRELI – SV DE LAVAGEM DE ROUPA	S Ten MAX	2º Sgt BRENNER
02	39/2024	MUNDO A FORA VIAGENS LTDA - SERVIÇOS COMUNS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	3º Sgt MOURA	3º Sgt FERNANDES

2º B FV
FL. 26
EXÉRCITO BRASILEIRO

06	89/2024	ADIROL ARAGUARI ROLAMENTOS & RETENTORES LTDA – AQS DE PEÇAS	3º Sgt NELSON	3º Sgt J. SANTANA
07	94/2024	UDI PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA – SV DE MNT DE VIATURAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	S Ten ADRIANO	2º Sgt MARCELO
08	145/2024	UDI PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA – SV DE MNT DE VIATURAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	S Ten RENATO MARQUES	2º Sgt MARCELO
09	146/2024	SIDNEY CARLOS DA SILVA – ME – SV DE MNT DE VIATURAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	1º Sgt SÉRGIO	Cap BERGUENMAYER
10	147/2024	CYLINDER COMERCIO E SERVICOS LTDA – SV DE MNT DE VIATURAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	3º Sgt W. OLIVEIRA	3º Sgt NELSON
11	148/2024	ZULMIRA CANDIDA COSTA ME– SV DE MNT DE VIATURAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	3º Sgt ESTEFANI	3º Sgt W. OLIVEIRA
12	157/2024	ZULMIRA CANDIDA COSTA ME – SV DE MNT DE VIATURAS COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	3º Sgt MICHEL PEREIRA	3º Sgt W. OLIVEIRA
13	170/2024	PIETRO E-COMMERCE LTDA LTDA – AQS DE PNEUS	2º Sgt MARCELO	1º Sgt SÉRGIO
14	176/2024	VITÓRIA LINE COM. E REPRES. LTDA LTDA – AQS DE PNEUS	1º Sgt SÉRGIO	2º Sgt MARCELO

GESTOR DOS CONTRATOS DO SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO: 1º Ten JULIANA VIEIRA				
Nº ORD	**TC**	**EMPRESA**	**FISCAL TITULAR**	**FISCAL SUBSTITUTO**
01	78/2024	QUALIGÁS MS LTDA - AQS GLP	3º Sgt F. BRITO	3º Sgt LETÍCIA MENDES
02	81/2024	QUALIGÁS MS LTDA - AQS GLP	3º Sgt F. BRITO	3º Sgt LETÍCIA MENDES
03	179/2024	G.J DEDETIZAÇÃO LTDA - AQS GEN ALIMENTÍCIOS	3º Sgt F. BRITO	3º Sgt LETÍCIA MENDES
04	186/2024	CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) DECALDAS/SEDE	3º Sgt F. BRITO	3º Sgt LETÍCIA MENDES

GESTOR DOS CONTRATOS DA SEÇÃO DE SAÚDE: Titular: Cap PTTC VALTER SANTOS				
Nº ORD	**TC**	**EMPRESA**	**FISCAL TITULAR**	**FISCAL SUBSTITUTO**

2º B Fv
Fl. 27
EXÉRCITO BRASILEIRO

115	1134/2025	D.M.A.R.N. DA COSTA PSICOLOGIA LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten RITA	3º Sgt MAÍSA LEAL
116	1135/2025	EULER ROBERTO COUTINHO JUNIOR LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten GUILHERME	3º Sgt SUZAMAR
117	1200/2025	Empresa NXT - TELESSAÚDE LTDA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR.	2º Ten LEANDRO	3º Sgt VELASCO

Em Consequência:

- Os Gestores de contratos e seus substitutos, fiscais de contratos e seus substitutos, deverão tomar conhecimento e seguir as ordens e os procedimentos constantes nas Normas para atuação do Gestor e do Fiscal de Contratos, conforme estão listadas nos artigos 13 a 17 das EB90-08.004 (Portaria nº 37-SEF, de 14 de abril de 2020).

4ª PARTE – JUSTIÇA E DISCIPLINA

Sem alteração.

5ª PARTE – ASSUNTOS DE CONSTRUÇÃO

Sem alteração.

Quartel em Araguari-MG, 22 de abril de 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA
AUTORIDADE CERTIFICADORA
AC DEFESA

Assinado de forma digital por FRANCISCO HOSKEN DA CAS:08159528728
Dados: 2025.04.22 17:43:02 -03'00'

FRANCISCO HOSKEN DA CÁS - Ten Cel
Comandante do 2º Batalhão Ferroviário

Fl. nº 28

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO PLANALTO
2° BATALHÃO FERROVIÁRIO
(2º B Fv / 1938) - BATALHÃO MAUÁ)
Rua Professora Lourdes Naves, nº 750 - Tel (34) 3690-5060
Bairro Santo Antônio - CEP: 38.444-900 – Araguari-MG
e-mail: contratos@2bfv.eb.mil.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253–2024/2º B Fv

A União por intermédio do **2º BATALHÃO FERROVIÁRIO (2º B Fv – UASG 160106)**, com sede na Rua Professora Lourdes Naves nº 750 – Bairro Santo Antônio, na cidade de Araguari, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.565.863/0001-55, neste ato representado pelo seu Comandante, Sr Tenente Coronel **ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO**, nomeado pela Portaria nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada no DOU nº 91, de 16 de maio de 2022, seção 2,inscrito no CPF sob o nº 029.747.774-90, portador da Carteira de Identidade nº 013.054.294-7 MD/DF, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90050/2024**, publicada no DOU nº 229, de 28 de novembro de 2024, seção 3, **processo administrativo nº 65308.014354/2024-16**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) para o sede do 2º Batalhão Ferroviário e destacamento de obra conveniada com execução fora da sede Caldas Novas-GO,** especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de **Licitação nº 90050/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Consigaz Distribuidora de Gás Ltda Rua Wandelvart Faria Marquez, nº 500 – A, Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP: 38.402-338 Fone: (34) 2102-0100 - CNPJ: 01.597.589/0014-34 - e-mail: empenhos@consigaz.com.br - **CONTATO: Daniela Levenet Pereira Aguilera**					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA/ MODELO**	**UND**	**QTD**	**VALOR UN (R$)**

3	Gás a Granel (sede – Araguari/MG) - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP a granel, que deverá ser armazenado em 04 (quatro) estacionários P190, da própria Contratada, instalados e em condições de funcionamento, cedido e regime de comodato.	Consigaz/Petrobras / GLP a Granel	Kg	54.000	5,13

VALOR TOTAL (R$).==========	**277.020,00**

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o 2º Batalhão Ferroviário, não havendo participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador

a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas

hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Araguari-MG, 19 de dezembro de 2024

ROMUALDO CRISANTO EUFRAZIO - Ten Cel
Ordenador de Despesas do 2° Batalhão Ferroviário

Daniela Levenet Pereira Aguilera
Consigaz Distribuidora de Gás Ltda

Inflação

IPCA do último mês	IPCA acumulado de 12 meses	INPC do último mês
0,18%	**4,46%**	**0,03%**
Nov/2025	Nov/2025	Nov/2025

O que é inflação

Inflação é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação.

O IBGE produz dois dos mais importantes índices de preços: o IPCA, considerado o oficial pelo governo federal, e o INPC.

Para que servem o IPCA e o INPC?

O propósito de ambos é o mesmo: medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população. O resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro.

A cesta é definida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, do IBGE, que, entre outras questões, verifica o que a população consome e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto: arroz, feijão, passagem de ônibus, material escolar, médico, cinema, entre outros.

Os índices, portanto, levam em conta não apenas a variação de preço de cada item, mas também o peso que ele tem no orçamento das famílias.

Calculadora do IPCA

Atualize uma quantia utilizando o índice oficial de inflação brasileiro

A Calculadora do IPCA permite atualizar um valor pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre duas datas. Através desse cálculo, é possível simular a correção de uma quantia numa determinada data utilizando o índice de preço e saber o valor correspondente numa outra data. Ver descrição completa.

Mês inicial	Mês final	Valor na data inicial (R$)	
10/2024	09/2025	5,13	

O valor na data final é de

R$ 5,40

O percentual total no intervalo é de **5,17%**

Esta calculadora usa o período entre o dia 1 do mês inicial e o último dia do mês final.

› Metodologia de cálculo

Qual é a diferença entre eles?

A sigla INPC corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A sigla IPCA corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

A diferença entre eles está no uso do termo "amplo".

O IPCA engloba uma parcela maior da população. Ele aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos.

O INPC verifica a variação do custo de vida médio apenas de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos. Esses grupos são mais sensíveis às variações de preços, pois tendem a gastar todo o seu rendimento em itens básicos, como alimentação, medicamentos, transporte etc.

Local	IPCA [Nov/2025]	INPC [Nov/2025]

Local	IPCA [Nov/2025]	INPC [Nov/2025]
Brasil	0,18%	0,03%
Aracaju (SE)	-0,10%	-0,15%
Belém (PA)	0,11%	-0,26%
Belo Horizonte (MG)	0,04%	-0,06%
Brasília (DF)	0,28%	0,24%
Campo Grande (MS)	0,23%	0,14%
Curitiba (PR)	0,16%	-0,06%
Fortaleza (CE)	0,42%	0,37%
Goiânia (GO)	0,44%	0,51%
Grande Vitória (ES)	0,09%	-0,14%
Porto Alegre (RS)	0,09%	-0,09%
Recife (PE)	-0,08%	-0,15%
Rio Branco (AC)	0,15%	0
Rio de Janeiro (RJ)	0,12%	-0,08%
Salvador (BA)	0,01%	-0,02%
São Luís (MA)	-0,05%	-0,08%
São Paulo (SP)	0,28%	0,16%

Por que se fala tanto em IPCA?

O governo federal usa o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

Como ele é calculado?

O IBGE faz um levantamento mensal, em 13 áreas urbanas do País, de, aproximadamente, 430 mil preços em 30 mil locais. Todos esses preços são comparados com os preços do mês anterior, resultando num único valor que reflete a variação geral de preços ao consumidor no período.

Índice pessoal de inflação

Sua cesta de compras, ou seja, os produtos e serviços que você consome regularmente, pode ser bem diferente da cesta média da população brasileira. Com isso, o seu índice pessoal de inflação pode ser maior ou menor do que o IPCA.

Por exemplo, uma família que não consome carne vermelha e não tem filhos em idade escolar terá, com certeza, um índice de inflação pessoal diferente do oficial, cujo cálculo coloca peso considerável na variação do preço da carne e da mensalidade escolar.

Poder de compra

Se a variação do seu salário, de um ano para o outro, for menor do que o IPCA, você perde seu poder de compra, pois os preços sobem mais do que a sua renda. Se a inflação e o seu salário têm a mesma variação, seu poder de compra se mantém. Se você, porém, receber um aumento acima do IPCA, seu poder de compra aumentará.

Curiosidades do IPCA

O IBGE produz e divulga o IPCA, sistematicamente, desde 1980. Entre 1980 e 1994, ano de implantação do Plano Real, o índice acumulado foi de 13 342 346 717 671,70%!

A maior variação mensal do IPCA foi em março de 1990 (82,39%), enquanto a menor variação, em julho de 2022 (-0,68%).



Outros índices de inflação do IBGE

Além do IPCA e do INPC, o IBGE produz outros quatro índices de inflação:

- IPCA-15: difere do IPCA apenas no período de coleta, que abrange, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. Funciona como uma prévia do IPCA;
- IPCA-E: é o acumulado trimestral do IPCA-15;
- IPP: é voltado para a indústria e mede a variação de preços de venda recebidos pelos produtores de bens e serviços. Sua sigla corresponde ao Índice de Preços ao Produtor; e
- SINAPI: é produzido em conjunto com a Caixa Econômica Federal - Caixa e mede a variação de preços para o setor habitacional e de construção. Sua sigla corresponde ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Índices de inflação de outras instituições

Outras instituições também produzem índices de inflação. Esses são alguns dos mais importantes:

- IGP-M: o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getulio Varg FGV, é formado por três índices diversos que medem os preços por atacado (IPA-M), ao consumidor (IPC-M), e de construção (INCC). O IGP-M é comumente usado para contratos de aluguel, seguros de saúde e reajustes de tarifas públicas; e
- IPC-Fipe: o Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, mede a variação de preços no Município de São Paulo. Ele aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos.

Estas informações foram úteis?

Sim | Não

Saiba mais sobre o IPCA

Variação mensal durante o Plano Real (%), Jul 1994 - Nov 2025

Fl. nº 41

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO PLANALTO
2º BATALHÃO FERROVIARIO

TERMO DE REAJUSTE Nº 01/2026

TERMO DE CONTRATO Nº 186/2024 – PR 90050/2024

I. RELATÓRIO

1. Procede-se com a análise do Reajuste nº 01/2026, da empresa **CONSIGAS-DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA**, inscrita no CNPJ: 01.597.589/0014-34, referente ao Termo de Contrato nº 186/2024, oriundo do Pregão 90050/2023, do 2º Batalhão Ferroviário.

2. O processo iniciou-se instruído com os seguintes documentos:

a. Cópia do Termo de Contrato nº 186/2024, constante nas fls. 1-10;

b. Cópia do Termo de Referência do Pregão 90050/2023, constante nas fls. 11-17;

c. Aditamento Nº 005-SALC ao BI Nº 063, com publicação da Equipe de Fiscalização de Contratos, constante nas fl 18-21;

d. Cópia das Atas de Registro de Preço nº 253–2024/2º B Fv (SRP), oriunda do Pregão 90050/2023/2º B Fv, constante nas fls. 22-29; e

e. Pesquisas dos índices inflacionários do período pelo IBGE, constante nas fls. 30-33.

II. PARTE EXPOSITIVA

1. O reajuste do Termo de Contrato nº 186/2024, celebrado com a empresa **CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA**, inscrita no CNPJ: 01.597.589/0014-34, oriundo do Pregão 90050/2024, foi analisado de acordo com os documentos, anexados a este processo.

2. O pregão 90050/2024 teve a empresa **CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA**, inscrita no CNPJ: 01.597.589/0014-34, como vencedora de todos os itens, conforme Atas de Registro de Preço nº 112/2023 (SRP) constante nas fls. 22-29.

3. Fundamentado na cláusula VII do Termo de Contrato em tela, bem como no disposto no art. 136, inciso I da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, foi analisado o reajuste, visando a realizar um novo ajuste de preço do contrato em epígrafe.

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I –Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato.

4. Com o objetivo de promover o reajuste do saldo do Termo de Contrato 186/2024- **CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.597.589/0014-34**, referente ao ano de contrato no período de outubro de 2024 a outubro de 2025, conforme anexo das às fls. 30-33, o entendimento fica claro quanto ao aumento de 5,17%, valor acumulado no período citado, em relação aos preços do Termo de contrato nº 186/2024, previsto no item 7 do Termo de Contrato do nº 186/2024, que versa sobre o reajuste baseado no **IPCA - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO**.

Planilha de Reajuste de Preços TC 186/2024							
Item	**Descrição do serviço/material**	**Qtd**	**Valor Unit (R$)**	**Valor total (R$)**	**Reajuste IPCA (%)**	**Novo Valor (R$)**	**Valor total (R$)**
3	Gás a Granel (sede Araguari/MG) - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP a granel, que deverá ser armazenado em 04 (quatro) estacionários P190, da própria Contratada, instalados e em condições de funcionamento, cedido e regime de comodato.	54.000	5,13	277.020,00	5,17	5,39	291.060,00

5. Foram identificadas as Notas Fiscais emitidas após o dia 10 de setembro de 2025, conforme quadro abaixo:

NOTAS DE EMPENHO VINCULADAS AO TC 186/2024			
25NE935	Consigaz- Distribuidora de Gás Ltda	R$ 23.085,00	R$ 1.492,83
	(01.597.589/0014-34)		R$ 1.333,80
	SRP 90050/2024		R$ 2.292,60
			R$ 2.139,21
		SALDO TOTAL DO EMPENHO	**R$ 7.258,44**
25NE199	Consigaz- Distribuidora de Gás Ltda	R$ 20.520,00	R$ 1.862,19
	(01.597.589/0014-34)		R$ 1.908,36
	SRP 90050/2024		R$ 2.491,64
			R$ 754,62
		SALDO TOTAL DO EMPENHO	**R$ 7.016,81**

NOTAS FISCAIS EMITIDAS A PARTIR DE 10 DE SETEMBRO 2025, PARA FINS DE RECOMPOSIÇÃO DE VALORES			
25NE935			
NOTA FISCAL	**VALOR (R$)**	**REAJUSTE (%)**	**NOVO VALOR (R$)**
0005206-21/11/25	1.492,83	5,17	1.570,01
0005263-04/12/25	1.333,80		1.402,76
0000471-18/12/25	2.292,60		2.411,13
0001203-31/12/25	2.139,21		2.249,81
VALOR TOTAL			**7.633,70**
25NE199			
NOTA FISCAL	**VALOR (R$)**	**REAJUSTE (%)**	**NOVO VALOR (R$)**
0005071-09/10/2025	1.862,19	5,17	1.948,47
0000773-11/09/2025	2.211,03		2.325,34
0003577-26/09/2025	2.140,24		2.250,89
0003625-23/10/2025	1.908,36		2.007,02
0001101-06/11/2025	2.491,64		2.620,46
0005262-04/12/2025	754,62		793,63
VALOR TOTAL			**11.955,81**

III. PARTE CONCLUSIVA

1. Pelo exposto, este fiscal de contrato, realizou a análise do reajuste no item 3, conforme pesquisa do **IPCA– ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO** Período 10/2024 a 09/2025, como no disposto no inciso I art. 136, da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, ao Termo de Contrato 186/2024- **CONSIGAZ-DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.597.589/0014-34**.

2. Por fim, este fiscal, encaminha o presente parecer para análise e aprovação.

Quartel em Araguari-MG, 20 de janeiro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ENIO SEBASTIAO DA SILVA
Data: 06/02/2026 09:52:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ENIO SEBASTIÃO DA SILVA – 2ºTEN
Gestor do Termo de Contrato 186/2024

gov.br Documento assinado digitalmente
FELIPE AMANCIO DE BRITO
Data: 06/02/2026 09:40:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FELIPE AMÂNCIO DE BRITO
Fiscal do Termo de Contrato 186/2024

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO PLANALTO
2º BATALHÃO FERROVIÁRIO
Processo nº 65308.014354/2024-16

FL. 44

MINUTA

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 DO CONTRATO Nº 186/2024, ENTRE O 2º BATALHÃO FERROVIÁRIO E A EMPRESA CONSIGAS - DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.

A União por intermédio do **2º BATALHÃO FERROVIÁRIO**, com sede na Rua Professora Lourdes Naves, nº 750, Bairro Santo Antônio, Araguari-MG, CEP 38444-900, inscrito no **CNPJ sob o nº 07.565.863/0001-55**, neste ato representado pelo seu Comandante, Sr. Coronel **FRANCISCO HOSKEN DA CÁS**, nomeado pela Portaria C EX nº 730, de 23 de maio de 2024, publicada no DOU nº 100, de 24 de maio de 2024, seção 2, inscrito no CPF sob o nº 081.595.287-28, portador da Carteira de Identidade nº 019.641.513-7 MD/DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, em razão do direito resguardado ao reajuste na Cláusula Sétima do Contrato, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, resolve apostilar o **contrato nº 186/2024**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 65308.014354/2024-16**, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 90050/2024, mediante as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O preço do item 3 do Contrato nº 186/2024 fica reajustado em 5,17 %, correspondente à variação do IPCA/IBGE, referente ao período compreendido entre outubro de 2024 e setembro de 2025.

PARÁGRAFO ÚNICO –O valor global do Contrato nº 186/2024 é de R$ 277.020,00 (duzentos e setenta e sete mil e vinte reais) para R$ 291.060,00 (duzentos e noventa e um mil e sessenta reais), a vigorar desde 10 de setembro de 2025, devendo o presente termo ter eficácia nos fornecimentos do referido objeto contratado a partir de 10 de setembro de 2025, conforme planilha constante no relatório de reajuste do Contrato nº 186/2024.

Item	Descrição do serviço/material	Qtd	Valor Unit (R$)	Valor total (R$)	Reajuste IPCA (%)	Novo Valor (R$)	Valor total (R$)
3	Gás a Granel (sede Araguari/MG) - Gás Liquefeito de Petróleo - GLP a granel, que deverá ser armazena do em 04 (quatro) estacionários P190, da própria Contratada, insta lados e em condições de funciona mento, cedido e regime de comodato.	54.000	5,13	277.020,00	5,17	5,39	291.060,00

Fl. nº 45

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 186/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O 2º Batalhão Ferroviário providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia.

Araguari-MG, 20 de janeiro de 2026.

FRANCISCO HOSKEN DA CÁS – Cel
Ordenador de Despesas do 2° Batalhão Ferroviário